



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

PARECER JURÍDICO Nº 28/2024

Referência: Projeto de Lei nº 53/2024.

Autoria: Prefeita Municipal.

Sumário: Relatório. Fundamentação Jurídica. Conclusão.

RELATÓRIO

Foi encaminhado à Procuradoria Jurídica desta Casa, para elaboração de parecer jurídico acerca da legalidade, constitucionalidade, formalidade jurídica e técnica legislativa, o Projeto de Lei nº 53, de 26 de novembro de 2024, que altera o valor do repasse anual à Fundação Hospitalar de Curitiba, administradora do Hospital Hélio dos Anjos Ortiz, altera a Lei nº 1.117, de 24 de agosto de 2018, e dá outras providências. A proposta veio acompanhada de justificativa subscrita pela Prefeita Municipal e de cópia do Ofício – FHC/HHAO/Nº 355/24, subscrita pelo Superintendente da Fundação Hospitalar de Curitiba.

É o relatório. Passa-se ao opinativo.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

De início, cumpre destacar que o exame efetuado por esta Procuradoria Jurídica cinge tão somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência, tendo por base a legislação vigente, razão pela qual não se incursiona em discussões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, análise esta que é de exclusiva responsabilidade das Comissões Parlamentares e dos Vereadores da Casa.

a) Competência

O tema em questão se insere naquilo que dispõe a Lei Orgânica do Município sobre a competência do Município, notadamente no que prevê o artigo 8º, LXVIII, que trata da realização de serviços de interesse comum com outros municípios ou com o Estado, ou com a União, mediante acordo ou consórcios.

Logo, do ponto de vista do aspecto legislativo formal a proposição se figura plenamente revestida da condição legal quanto à competência e iniciativa, não havendo, portanto, quaisquer obstáculos legais e/ou regimentais para a sua tramitação nesta Casa de Leis.

b) Do Procedimento

Quanto à espécie normativa adotada, o Projeto de Lei tramita, pois, de modo adequado, uma vez que adota o rito legislativo comum, liturgia típica e adequada em relação aos preceitos legais.

Compulsando a matéria em tela, verifica-se que a proposta necessita ser submetida ao crivo das comissões: Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, nos termos dos respectivos artigos do Regimento Interno desta Câmara Municipal.



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

Nos termos do Regimento Interno, poderá ser adotada como regra para a votação do referido Projeto tanto o processo *simbólico* como o *nominal*, a depender da escolha feita pelo Presidente, conforme redação do artigo 236. O *quórum* de votação, por seu turno, deverá observar o disposto no artigo 99 do Regimento Interno: maioria simples. Vale ressaltar, ainda, que o Presidente da Mesa Diretora votará somente em caso de empate, nos termos do artigo 22, II, do Regimento Interno.

c) Breves Considerações sobre a Matéria

A proposição do Poder Executivo Municipal pretende ajustar o montante financeiro do repasse que se faz anualmente à Fundação Hospitalar de Curitiba, administradora do Hospital Hélio dos Anjos Ortiz, dos atuais R\$ 12.500,00 mensais para R\$ 15.000,00, totalizando no ano, um montante de R\$ 180.000,00, a partir de janeiro de 2025.

O hospital de Curitiba mantém convênio com o Município de Monte Carlo, onde vários cidadãos se socorrem desta parceria para cuidar de sua saúde, através de consultas, exames e demais procedimentos junto à estrutura, razão pela qual o reajuste proposto pela Administração Pública Municipal se apresenta pertinentes, e de acordo com as diretrizes da parceria que ambos mantêm.

Parcerias desta natureza – gestão pública e fundações privadas – certamente trazem benefícios aos acordados, o que motiva a sequência desta relação, porquanto uma série de moradores de Monte Carlo se utilizam dos serviços técnicos especializados na área da saúde oferecidos pelo Hospital Hélio dos Anjos Ortiz. Logo, a manutenção atende aos interesses locais e, portanto, merecido o reajuste para continuidade dos serviços à população montecarlense.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, não se constata presença de vício de qualquer ordem, seja formal ou material. No tocante ao mérito, caberá aos Vereadores, no uso da função legislativa que lhes cabe, verificar a viabilidade da aprovação da proposição, respeitando-se, para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Depois de analisado à exaustão o Projeto de Lei nº 53/2024, esta Procuradoria Jurídica opina pela sua legalidade, devendo seguir para a avaliação política nas Comissões indicadas, e, então, para o Plenário da Câmara.

É o parecer.

Monte Carlo/SC, 04 de dezembro de 2024.


Luiz Fernando Vescovi
Assessor Jurídico
OAB/SC 28.583